

Memorando

Em 30 de outubro de 2018

À Comissão Mista da Medida Provisória nº 846 de 2018,
e/m

Assunto: **SUGESTÕES**

Agradecendo pelo convite para Audiência Pública desta Comissão, este memorando tem por finalidade resumir pontos relevantes sobre o mercado de loterias e jogos no Brasil, na esperança que sejam úteis às discussões do Congresso Nacional.

As leis que tratam de loterias e jogos no Brasil são tão confusas que, até a edição desta Medida Provisória, subvertiam regras básicas de matemática, destinando percentuais que, somados, chegavam a 115% na Loteria Federal e 104,5% na Mega-Sena, Quina, Lotofácil, Lotomania, Dupla Sena, Loteca e Lotogol. O calendário eleitoral não permitiu que se discutisse com mais profundidade todo marco regulatório de loterias e jogos no país, mas tomara que seja o início de reflexão mais abrangente sobre o tema:

1. O mercado brasileiro de loterias e jogos movimentava atualmente pelo menos R\$ 50 bilhões por ano. A oferta de loteria travestida em títulos de capitalização, R\$ 22 bilhões (44%); loterias federais, R\$ 15 bilhões (30%); loterias estaduais, R\$ 350 milhões (0,7%); turfe, R\$ 300 milhões (0,6%); apostas esportivas, R\$ 4 bilhões (8%); jogo do bicho, R\$ 3 bilhões (6%); cassinos, R\$ 3 bilhões (6%); e bingos, R\$ 2,35 bilhões (4,7%), lembrando que a fonte mais confiável para estimar o movimento do jogo não regulado é a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, onde as próprias pessoas declaram seus gastos, sendo muito provável que os números estejam subestimados. 

2. A arrecadação das loterias no Brasil está muito longe do seu potencial e deficiências graves no marco regulatório de loterias e jogos são responsáveis por isso. Segundo dados apresentados em audiência pública na Câmara dos Deputados pela própria Caixa Econômica Federal, na Itália a arrecadação com loterias chega a US\$ 34 bilhões por ano, com venda per capita de US\$ 565; França, US\$ 16 bilhões, US\$ 249 per capita; Estados Unidos, só em Nova York, US\$ 9 bilhões, US\$ 456 per capita. O Brasil não passa de US\$ 4 bilhões, com venda per capita de US\$ 18,53. Atrás de Portugal, US\$ 228; Uruguai, US\$ 40 e Argentina, US\$ 36.
3. A oferta de loteria travestida em títulos de capitalização é um atentado contra a economia popular, canibaliza o mercado lotérico nacional e ocorre sem o devido controle em razão de legislação antiga, obsoleta e confusa. Em 2016, loterias arrecadaram R\$ 12,8 bilhões, pagaram R\$ 4,3 bilhões em prêmios e repassaram R\$ 6,1 bilhões para a Secretaria do Tesouro Nacional, Fundo de Financiamento Estudantil, Fundo Nacional da Cultura, Fundo Penitenciário Nacional, Fundo Nacional de Saúde, Cruz Vermelha Brasileira, Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, Ministério do Esporte, Comitê Olímpico Brasileiro, Comitê Paralímpico Brasileiro, Comitê Brasileiro de Clubes, Confederação Nacional de Clubes e clubes de futebol. A arrecadação dos títulos de capitalização foi 67% maior, chegando a R\$ 21,4 bilhões, pagando apenas R\$ 1 bilhão em prêmios e gerando lucro líquido de R\$ 1,8 bilhão para 17 empresas, autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados e ligadas a bancos.
4. Essa concorrência desleal precisa ser resolvida por lei: loterias precisam de autorização legislativa, fazem repasses sociais, pagam mais prêmios e são vendidas, passivamente, em apenas 14 mil casas lotérica; títulos de capitalização não dependem de autorização legislativa, são oferecidos, ativos e insistentemente, em mais de 23 mil agências e quase 40 mil postos bancários, pagam menos prêmios e praticamente não fazem nenhum repasse social.

5. É bem provável que uma das razões para que não tenha havido nenhuma proposta sequer no leilão da Lotex tenha sido justamente a autorização para que títulos de capitalização ofereçam premiação instantânea, concedida semanas antes do leilão por órgãos do próprio Ministério da Fazenda.
6. Um dos fatores que explica a baixa arrecadação das loterias no Brasil é que a legislação prevê payout (parcela da arrecadação destinada aos prêmios) muito baixo. A média mundial é superior a 50%. Nos Estados Unidos, em Massachusetts, por exemplo, o payout da loteria instantânea subiu de 50% para mais de 80% e as vendas saltaram de US\$ 50 milhões para mais de US\$ 3 bilhões por ano.
7. A isenção de imposto de renda sobre a premiação das loterias e a redução dos percentuais da arrecadação atualmente destinados à Caixa e a diversos beneficiários em prol do aumento do payout muito possivelmente aumentariam significativamente os valores arrecadados pelas loterias no Brasil. Na prática, embora Caixa e demais beneficiários passassem a receber um percentual menor, o valor absoluto efetivamente recebido tende a ser muito maior.
8. Outro problema que contribui para a baixa arrecadação das loterias no país é que existem apenas cerca de 14 mil casas lotéricas. É muito pouco! Na média, menos de 3 por município, uma para cada 16 mil brasileiros. E, além de loterias, ainda oferecem serviços bancários, o que prejudica a arrecadação pois gera filas enormes e perde-se um grande volume de jogo por impulso. Algumas soluções possíveis precisam ser tratadas por lei e passam por melhorar a oferta online, envolver beneficiários nas vendas de loterias e regularizar loterias estaduais para que também ofereçam loterias da Caixa em seus pontos de venda.
9. Sobre as loterias estaduais, é importante perguntar: por que alguns estados podem explorar loterias e outros não? O decreto-lei nº 204/67 proibiu a existência de loterias estaduais e estabeleceu que a exploração de jogos lotéricos no Brasil seria competência exclusiva da União, autorizando que loterias estaduais criadas anteriormente pudessem continuar em operação. Portanto,

hoje, somente Rio Grande do Sul (1843), Pará (1856), Rio de Janeiro (1940), São Paulo (1939), Paraná (1956), Santa Catarina (1966), Espírito Santo (1964), Minas Gerais (1944), Paraíba (1955), Goiás (1951), Ceará (1947), Pernambuco (1947), Piauí (1959) e Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Lemat e Lotesul - 1953), podem explorar loterias estaduais, isso é justo?

10. A legislação confusa em vigor atualmente causa enorme insegurança jurídica em relação a quais tipos de loterias e jogos cada um desses estados pode explorar e, por isso, nem mesmo todos os estados com direito a ter loterias reconhecido até pelo Supremo Tribunal Federal desenvolvem seus mercados. É bem provável que esta confusão, que merece a atenção do Poder Legislativo e precisa ser resolvida por lei, tenha contribuído decisivamente para diminuir o valor de mercado da Lotex e afugentar potenciais proponentes.
11. Loteria é imposto voluntário e sua arrecadação pode financiar políticas de segurança pública, saúde, educação, esporte etc. A loteria estadual de Nova Iorque arrecada mais de R\$ 30 bilhões por ano e a arrecadação de loterias estaduais no Rio de Janeiro e em São Paulo, por exemplo, poderia passar de R\$ 1 bilhão/ano cada. Os estados brasileiros poderiam levantar um volume significativo de recursos com loterias estaduais e ajudar na venda das loterias federais, que precisam de uma rede maior de pontos de venda.
12. Nos Estados Unidos, por exemplo, a “Mega Millions”, que no último dia 23 de outubro pagou o maior prêmio de loteria da história, quase R\$ 6 bilhões, é vendida em 44 estados, em conjunto com as loterias estaduais. Na Europa, onde cada país pode ser comparado a um estado brasileiro, a loteria transnacional “Euro Millions” também oferece prêmios vultosos e é vendida nos postos de venda das loterias nacionais.
13. Atualmente, a lei permite à Caixa explorar apenas 9 (nove) produtos lotéricos. Apenas três, Mega-Sena, Lotofácil e Quina, concentram 90% da arrecadação e 80% das apostas. O portfolio de produtos da Caixa é muito defasado e vem perdendo espaço para alternativas ainda não regulamentadas como, por

exemplo, apostas esportivas online, que já movimentam mais de R\$ 4 bilhões/ano no país.

14. A falta de regulamentação das apostas online, por exemplo, coloca em risco a economia popular e a integridade do esporte brasileiro. Há 13 anos, investigação da Polícia Federal levou à anulação de 11 partidas do Campeonato Brasileiro por manipulação de resultados. Em 2017, milhares de apostadores ficaram sem receber prêmios porque bancas não honraram apostas nos resultados da 13ª rodada da Serie A, na qual times visitantes ganharam a maioria das partidas, elevando significativamente a premiação. Hoje, cerca de 500 sites de aposta online oferecem jogos brasileiros. Em sua maioria registrados no exterior, operam no Brasil sem nenhuma tributação, regulamentação, controle nem monitoramento.
15. Além de comprometer o Tesouro Nacional, a falta de regulamentação das apostas esportivas sacrifica receitas potenciais do esporte brasileiro. O movimento de apostas online na última Copa do Mundo chegou a quase R\$ 500 bilhões. Nos Estados Unidos, estima-se que as quatro principais ligas esportivas possam arrecadar cerca de R\$ 16 bilhões por ano com a devida regulamentação das apostas esportivas, que acabam de ser liberadas pela Suprema Corte. Na Inglaterra, metade dos times da Premier League são patrocinados por sites de apostas.
16. É preciso desburocratizar loterias e jogos, autorizando por Lei que o Poder Executivo Federal possa instituir outras modalidades de loterias e jogos, que poderiam ser exploradas diretamente pela Caixa Econômica Federal, por órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública dos Estados, pelas entidades turfísticas, mediante autorização, e por outras pessoas jurídicas, mediante concessão, o que conferiria mais eficiência e dinamismo à regulação e à supervisão de loterias e jogos no Brasil, inclusive centralizando no próprio Ministério da Fazenda a autorização e fiscalização de campanhas promocionais mediante distribuição gratuita de prêmios, a título de propaganda, quando efetuadas mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada. *n*

17. A legislação precisa criar condições e incentivos para que beneficiários consigam contribuir para melhorar as vendas das loterias no Brasil, tanto com publicidade quanto com vendas online e postos lotéricos nas suas instalações, numa relação de mutualismo e não de parasitismo. Desde 2001, o esporte brasileiro, por exemplo, já recebeu das loterias mais de R\$ 8 bilhões. O Ministério do Esporte, mais de R\$ 5 bilhões; o Comitê Olímpico do Brasil, mais de R\$ 2 bilhões; clubes de futebol, mais de R\$ 600 milhões; o Comitê Paralímpico Brasileiro, mais de R\$ 450 milhões; o Comitê Brasileiro de Clubes, mais de R\$ 250 milhões; e a Fenacclubes, quase R\$ 10 milhões. Nenhum patrocinador investe tanto quanto as loterias no esporte nacional. Mesmo assim, entidades, clubes e atletas nunca se mobilizaram para promovê-las e o esporte é ferramenta de promoção e marketing para vários outros produtos e serviços.
18. A legislação precisa regular melhor a “taxa de administração” que entidades beneficiárias cobram em cima dos recursos que recebem das loterias. A Portaria nº 341 de 2017 do Ministério do Esporte, por exemplo, estabelece em seus artigos 5º e 6º que algumas entidades podem gastar até 40% do que recebem das loterias com a sua própria administração. É um parâmetro equivocado. Gastos com administração devem ser eficientes e a legislação deve garantir mecanismos para que sejam os menores possíveis, com o máximo dos recursos chegando efetivamente à sua destinação final.
19. Quando uma entidade se acomoda com gastos administrativos no limite percentual, uma variação na arrecadação das loterias pode colocá-la em situação delicada pois não se desmobiliza pessoal e infraestrutura com a mesma rapidez das variações na arrecadação lotérica. Entre 2010 e 2015, por exemplo, a arrecadação das loterias da Caixa cresceu 22,4%, com ápice em 2015, R\$ 14,9 bilhões. Não obstante, caiu 13,9% em 2016, R\$ 12,8 bilhões. Só por que a arrecadação lotérica cresceu, a legislação deve permitir que entidades beneficiárias, que sequer contribuíram para este aumento possam gastar mais com a sua própria administração?

20. A indústria de loterias e jogos apresenta vulnerabilidades significativas para atuação do crime organizado e lavagem de dinheiro. O ambiente regulatório é fundamental para que se possa desenvolver esta atividade com segurança. Estudo da Universidade de Nevada Las Vegas sobre a relação entre jogo e crime organizado aponta que a forma mais efetiva de combater o jogo ilegal, a ação do crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro é com boa regulamentação, monitoramento eficiente e controle efetivo. Na prática, o jogo legal combate o jogo ilegal.
21. No Brasil, organizações criminosas como, por exemplo, PCC e milícias, vem se aproveitando da falta de regulamentação do jogo no país para se apropriar de atividades exercidas tradicionalmente por contraventores. Mesmo nas loterias, que já possuem alguns mecanismos de proteção no Brasil, pode-se elencar vários casos de lavagem de dinheiro, com fraudes em prognósticos esportivos, compra de bilhetes premiados e apostas desproporcionais. Só para ilustrar, basta lembrar dos anões do orçamento e que, há alguns anos, o COAF identificou 30 pessoas que, juntas, ganharam na loteria 1.802 vezes.
22. É fundamental que a legislação de loterias e jogos no Brasil tenha questões de saúde pública em perspectiva, protegendo a população com boa regulamentação, que permita a identificação e o tratamento adequado de distúrbios. No mundo, estima-se entre 0,2% e 3% o número de adultos que sofrem de algum problema de saúde relacionado a loterias e jogos. No Brasil, mesmo com movimento significativo de loterias e jogos, regulados e não regulados, não há nada sobre isso na legislação, o que, consequentemente, eleva riscos pela ausência de políticas para jogo responsável, programas de prevenção e tratamento de ludopatias.
23. O legislador precisa discutir profundamente o mercado de loterias e jogos no Brasil, para que possa gerar benefícios sociais e econômicos relevantes, além de mitigar os riscos inerentes ao atual movimento de loterias e jogos, regulados e não regulados. Estudo da Fundação Getulio Vargas, pedido pelo Ministério da Fazenda à Caixa Econômica Federal, aponta que o mercado maduro de

loterias e jogos no Brasil, com a devida regulamentação para todas as modalidades e ambiente propício ao seu desenvolvimento, pode movimentar anualmente R\$ 174,7 bilhões, com apostas per capita somando R\$ 765,73 e arrecadação tributária de R\$ 58,78 bilhões.

24. A título de ilustração, nos Estados Unidos, estima-se o impacto econômico da indústria de cassinos em USD 240 bilhões/ano, com a geração de 1,7 milhão de empregos, USD 38 bilhões em impostos e externalidades relevantes na indústria do turismo: Las Vegas recebe mais de 43 milhões de visitantes por ano. O Japão, que possui atualmente 4,5 milhões de máquinas caça níqueis pachinko, uma para cada 28 habitantes, já iniciou processo de concessão de 3 licenças para Cassinos Resorts. Na Colômbia, loterias e jogos movimentam 1,5% do PIB. Em Macau, maior mercado do mundo atualmente, o jogo elevou o PIB de US\$ 7 bilhões, em 2002, para US\$ 45 bilhões, em 2016.

Agradeço pela atenção e fico à disposição para quaisquer esclarecimentos. Tomara que haja uma discussão mais aprofundada sobre todo marco regulatório de loterias e jogos no Brasil, até mesmo com a instalação de Comissão de Juristas no Senado Federal, a exemplo dos anteprojotos de Lei de Arbitragem e Mediação, Lei Geral do Esporte, Desburocratização da Administração Pública, Código Penal, Lei de Execuções Penais etc.

Atenciosamente,



Pedro Trengrouse

Bola fora do governo

Antes de tirar recursos de quem tem menos do que precisa, é preciso refletir: por que loterias no Brasil arrecadam apenas US\$ 4 bilhões

Pedro Trengrouse e Lars Grael

06/07/18 - 00h00

O governo federal errou feio ao editar medida provisória retirando dinheiro das loterias para esporte, educação e cultura, ferramentas imprescindíveis para o desenvolvimento humano, econômico e social. Um tiro no pé!

A Constituição diz que o Estado deve fomentar e incentivar o esporte como forma de promoção social, priorizando recursos públicos para o esporte educacional. Inclusive, além do Ministério do Esporte, com cerca de R\$ 1 bilhão de orçamento, os ministérios da Saúde e da Educação — que juntos têm quase R\$ 300 bilhões — também não deveriam investir em políticas públicas aproveitando o esporte para promover qualidade de vida, prevenir doenças, melhorar o desempenho acadêmico e diminuir a evasão escolar?

Antes de tirar recursos de quem tem menos do que precisa, é preciso refletir: por que loterias no Brasil arrecadam apenas US\$ 4 bilhões, com venda per capita de US\$ 18,53, muito atrás de Portugal, US\$ 228; Uruguai, US\$ 40 e Argentina, US\$ 36, por exemplo? Na Itália, a arrecadação chega a US\$ 34 bilhões/ano com venda per capita de US\$ 565; França, US\$ 16 bilhões, US\$ 249 per capita; nos Estados Unidos, só em Nova York, US\$ 9 bilhões, US\$ 456 per capita.

O número de pontos de venda é baixíssimo. Há cerca de 14 mil lotéricas no Brasil, mais ocupadas em prestar serviços bancários que vender loterias. Menos de três por cidade, um para cada 16 mil brasileiros. Não seria o caso de aumentar os pontos de venda em cooperação com loterias estaduais, envolvimento direto dos beneficiários e oferta online?

O payout, parcela da arrecadação destinada a prêmios, é um dos mais baixos do mundo, 30%. Em Massachusetts, EUA, o payout da loteria instantânea subiu de 50% para 80%. As vendas saltaram de US\$ 50 milhões para mais de US\$ 3 bilhões/ano. Não seria oportuno rever tributação, custos, comissões e repasses para aumentar o payout e a arrecadação das loterias no Brasil?

Na Caixa, que oferece nove produtos lotéricos, apenas três (Mega-Sena, Lotofácil e Quina) concentram 90% da arrecadação e 80% das apostas. Não seria hora de modernizar o portfolio, incluindo, por exemplo, apostas esportivas, que já movimentam mais de R\$ 4 bilhões/ano no país, sem nenhuma regulamentação, ameaçando a integridade do esporte e a economia popular?

Loteria é imposto voluntário e gera benefícios sociais. Por que sofre concorrência desleal de títulos de capitalização que, travestidos de loteria, arrecadam 70% a mais, pagam muito menos prêmios, quase não têm repasses sociais, e são oferecidos ativa e insistentemente em 63 mil pontos (23 mil agências e 40 mil postos bancários)?

Os problemas são conhecidos. O governo, em vez de enfrentá-los, preferiu confirmar a regra que a corda sempre arrebenta do lado mais fraco. Só que, desta vez, o tiro saiu pela culatra. Todo segmento esportivo se uniu para evitar este retrocesso. É fundamental que continue mobilizado e participe ativamente da

construção do Brasil que sonhamos. Afinal de contas, quem não está na mesa, está no cardápio.

Pedro Trengrouse é professor da Fundação Getulio Vargas, e Lars Grael é atleta de vela e medalhista olímpico

Imposto voluntário

Brasil está longe do seu potencial de arrecadação lotérica

Pedro Trengrouse 18/06/17 - 08h58

A arrecadação das loterias da Caixa cresceu 22,4% nos últimos cinco anos, ápice em 2015, R\$ 14,9 bilhões. Não obstante, caiu 13,9% em 2016, R\$ 12,8 bilhões. É preocupante; 48% da arrecadação destinam-se a repasses sociais, e diversas atividades dependem exclusivamente desses recursos.

Foram distribuídos em 2016 R\$ 6,1 bilhões para Secretaria do Tesouro Nacional, Fundo de Financiamento Estudantil, Fundo Nacional da Cultura, Fundo Penitenciário Nacional, Fundo Nacional de Saúde, Cruz Vermelha Brasileira, Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, Ministério do Esporte, Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), Confederação Nacional de Clubes (Fenaclubes) e clubes de futebol.

Desde 2001, o esporte brasileiro já recebeu das loterias mais de R\$ 8 bilhões. O ministério embolsou R\$ 5 bilhões; COB, R\$ 2 bilhões; clubes de futebol, R\$ 600 milhões; CPB, R\$ 450 milhões e CBC, R\$ 250 milhões. Nenhum patrocinador investiu tanto quanto as loterias. Mesmo assim, entidades, clubes e atletas nunca se mobilizaram para promovê-las.

O Brasil está longe do seu potencial. A arrecadação lotérica na Itália chega a US\$ 34 bilhões por ano com venda per capita de US\$ 565; França, US\$ 16 bilhões, US\$ 249 per capita; Estados Unidos, só em

Nova York, US\$ 9 bilhões, US\$ 456 per capita. O Brasil não passa de US\$ 4 bilhões, com venda per capita de US\$ 18,53. Atrás de Portugal, US\$ 228; Uruguai, US\$ 40 e Argentina, US\$ 36.

Há três medidas que podem melhorar significativamente o resultado das loterias no Brasil: mais pontos de venda, reequilíbrio do pay out (parcela da arrecadação destinada aos prêmios) e novos produtos.

Existem menos de 14 mil casas lotéricas no país. É muito pouco. Uma para cada 16 mil brasileiros. E, além de loterias, ainda oferecem serviços bancários. Imagina a fila se todo brasileiro resolvesse apostar? Não seria o caso de aumentar o número de pontos de venda com o envolvimento direto dos beneficiários e oferta on-line?

No Brasil, o pay out é muito baixo, 31%. A média mundial é superior a 50%. Nos Estados Unidos, em Massachusetts, por exemplo, o pay out da loteria instantânea subiu de 50% para 80,7%. As vendas saltaram de US\$ 50 milhões para mais de US\$ 3 bilhões/ano. Não seria oportuno rever tributação, custos e percentual de repasses sociais para aumentar o pay out das loterias no Brasil?

Atualmente, a lei permite à Caixa nove produtos lotéricos. Apenas três, Mega-Sena, Lotofácil e Quina, concentram 90% da arrecadação e 80% das apostas. Não seria hora de modernizar o portfólio, incluindo, por exemplo, apostas esportivas, que já movimentam no país mais de R\$ 3 bilhões por ano, sem nenhuma regulamentação?

Loteria é imposto voluntário. Nesse momento em que se busca equilibrar finanças públicas e retomar o crescimento econômico, é importante que o governo seja mais eficiente, o Congresso melhore o marco regulatório e os beneficiários também colaborem para incrementar o desempenho das loterias no Brasil.

Pedro Trengrouse é advogado e professor da FGV

Investimento ótimo para o banco

A oferta de loteria travestida em títulos de capitalização é atentado contra a economia popular, canibaliza o mercado lotérico e ocorre sem o devido controle

Ney Brito e Pedro Trengrouse

30/07/17 - 00h00

No mundo inteiro se diz que quem ganha com o jogo é a banca. No Brasil é diferente, quem ganha é o banco.

Em 2016, as loterias arrecadaram R\$ 12,8 bilhões, pagaram R\$ 4,3 bilhões em prêmios e repassaram R\$ 6,1 bilhões para a Secretaria do Tesouro Nacional, Fundo de Financiamento Estudantil, Fundo Nacional da Cultura, Fundo Penitenciário Nacional, Fundo Nacional de Saúde, Cruz Vermelha Brasileira, Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, Ministério do Esporte, Comitê Olímpico Brasileiro, Comitê Paralímpico Brasileiro, Comitê Brasileiro de Clubes, Confederação Nacional de Clubes e clubes de futebol.

A arrecadação dos títulos de capitalização foi 67% maior, chegando a R\$ 21,4 bilhões, pagando apenas R\$ 1 bilhão em prêmios e gerando lucro líquido de R\$ 1,8 bilhão para 17 empresas, autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados e ligadas a bancos: Aplicap, Aplub, Bradesco, Brasilcap, Caixa, Capemisa, Cardif, Itaú, Icatu, Invest, Kirton, Liderança, Mapfre, Porto Seguro, Santander, SulAmérica e Zurich Brasil.

Concorrência desleal. As loterias precisam de autorização legislativa, fazem repasses sociais, pagam mais prêmios e são vendidas, passivamente, em apenas 14 mil casas lotéricas. Os títulos de capitalização são oferecidos, ativa e insistentemente, em mais de 23 mil agências e quase 40 mil postos bancários, pagam menos prêmios, não fazem nenhum repasse social e passam por cima da Portaria nº 41/08 do Ministério da Fazenda, que dispõe no parágrafo 1º do artigo 20 que operações vinculadas a títulos de capitalização requerem autorização nos termos da Lei nº 5.768/71 e do Decreto nº 70.951/72.

Os bancos dizem que o título de capitalização é um bom investimento. Realmente é, para o banco. O sorteio embutido é utilizado pela máquina de vendas dos bancos como uma cenoura adicional a um bom investimento, muitas vezes vendido em operações casadas, omitindo-se a possibilidade de perdas expressivas com a interrupção dos pagamentos e resgates antecipados, atingindo principalmente pequenos poupadores. Em 2016, os ganhos dos bancos com estes resgates e redução de exigibilidades atingiram R\$ 250 milhões.

A oferta de loteria travestida em títulos de capitalização é um atentado contra a economia popular, canibaliza o mercado lotérico nacional e ocorre sem o devido controle em razão da legislação antiga, obsoleta e confusa do setor. Se o cliente investir o mesmo montante, comprando ele mesmo bilhetes da Loteria Federal e depositando o restante na caderneta de poupança, terá melhor rentabilidade, liquidez e, no mínimo, as mesmas chances de ser premiado.

O jogo no Brasil tem finalidade social, e os títulos de capitalização precisam ser devidamente enquadrados. Nesse contexto em que o

Brasil precisa retomar o crescimento econômico, a revisão do marco regulatório de jogos e sorteios no Brasil se faz ainda mais importante para o arranjo produtivo e a distribuição de renda nacional.

Ney Brito é professor da UFRJ, e Pedro Trengrouse, professor da FGV

Para não haver dúvida nas regras do jogo

Se há muito tempo as apostas esportivas já correm soltas no Brasil, e já sofremos com seus efeitos nefastos, por que ainda não foram regulamentadas?

Pedro Trengrouse 27/11/17 - 00h00

A falta de regulamentação de apostas esportivas no Brasil coloca em risco a economia popular e a integridade do esporte brasileiro.

Há 12 anos, uma investigação da Polícia Federal levou à anulação de 11 partidas do Campeonato Brasileiro por manipulação de resultados. O árbitro Edílson Pereira de Carvalho sequer foi preso porque a Justiça entendeu que os fatos não tipificavam crime. Ano passado, a operação Game Over, da Polícia Civil, prendeu sete acusados de fraudar resultados esportivos em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Maranhão, Ceará, Acre e Paraná. Em 2017, milhares de apostadores ficaram sem receber prêmios porque bancas não honraram apostas nos resultados da 13ª rodada da Serie A, na qual times visitantes ganharam a maioria das partidas, elevando significativamente a premiação.

O problema é antigo e global. Desde 2005, a Alemanha trabalha com a Interpol para combater manipulação de resultados. Em 2010, a França criou a Agência Reguladora dos Jogos On-line, Portugal regulamentou apostas esportivas em 2015, e o primeiro site da Colômbia começou a operar em janeiro de 2017.

Hoje, cerca de 500 sites de aposta on-line oferecem jogos brasileiros. A maioria registrada no exterior, operam no Brasil sem nenhuma tributação, regulamentação, controle nem monitoramento, arrecadando mais de R\$ 4 bilhões por ano no país. Evasão expressiva de divisas que, em 2016, contabilizou negativamente o equivalente a quase 10% do saldo da balança comercial brasileira.

Se há muito tempo as apostas esportivas já correm soltas no Brasil, e já sofremos com seus efeitos nefastos, por que ainda não foram regulamentadas? Por que a integridade do esporte brasileiro continua em risco? Por que a Fazenda Pública não arrecada nada? Por que a economia popular segue sem proteção? A quem interessa o *status quo*?

Na prática, quem é contra o jogo legal é a favor do jogo ilegal. Em 2015, o Congresso Nacional autorizou que a Caixa explorasse apostas esportivas. O artigo 30 da Lei 13.155 foi vetado. Em que pese a justificativa oficial, a razão foi a permissão que entidades turfísticas também explorassem apostas esportivas no país, e o governo não queria abrir mão do monopólio.

É verdade que a carona ao Jockey desvirtuava a própria finalidade da lei, que criava o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut) e não havia porque conceder benefício ao Jockey, em detrimento dos próprios clubes de futebol. Não obstante, também é verdade que, na situação atual, qualquer regulamentação é melhor que nenhuma regulamentação.

O mercado mundial de apostas esportivas movimenta R\$ 6,5 trilhões/ano. Mercados secundários já operam em bolsas como Betfair e Betdag. Há fundos captando investimentos para apostas

esportivas, como Athletics, em Las Vegas; e Priomha, na Austrália. As mudanças nos hábitos de consumo das gerações Z e do milênio apontam tendência de crescimento das apostas como forma de engajamento com esporte. A demora em regulamentar apostas esportivas representa riscos e prejuízos para o país. O Brasil não pode mais esperar.

Pedro Trengrouse é advogado e professor da FGV

Regras claras para o jogo

A única forma efetiva de combater o jogo ilegal, a ação do crime organizado e prevenir sua utilização para lavagem de dinheiro é com boa regulamentação

Felipe Santa Cruz e Pedro Trengrouse

2018-04-29 00:00:00.0

É hora de o jogo ter regras claras no Brasil. O mercado brasileiro movimenta R\$ 50 bilhões por ano. A oferta de loteria travestida em títulos de capitalização, R\$ 22 bilhões (44%); loterias federais, R\$ 15 bilhões (30%); loterias estaduais, R\$ 350 milhões (0,7%); turfe, R\$ 300 milhões (0,6%); apostas esportivas, R\$ 4 bilhões (8%); jogo do bicho, R\$ 3 bilhões (6%); cassinos, R\$ 3 bilhões (6%); e bingos, R\$ 2,35 bilhões (4,7%). E detalhe: na Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, em que pessoas declaram seus próprios gastos, a estimativa dos jogos não regulados está subestimada.

A falta de regulamentação de apostas esportivas no Brasil coloca em risco a economia popular e a integridade do esporte. Há 13 anos, 11 partidas do Campeonato Brasileiro foram anuladas por manipulação de resultados. Em 2017, milhares de apostadores ficaram sem receber prêmios quando bancas não honraram resultados da 13ª rodada da Serie A porque times visitantes ganharam a maioria das partidas, elevando significativamente a premiação. Hoje, cerca de 500 sites de aposta on-line oferecem jogos brasileiros. A maioria registrada no exterior, operam no Brasil sem nenhuma tributação, regulamentação, controle nem monitoramento.

Estudo da Universidade de Nevada aponta que a única forma efetiva de combater o jogo ilegal, a ação do crime organizado na indústria do jogo e prevenir sua utilização para lavagem de dinheiro é com boa regulamentação, monitoramento eficiente e controle efetivo. No Brasil, organizações criminosas, como por exemplo PCC e milícias, já vêm se apropriando do jogo, oferecido tradicionalmente por contraventores no país. Na prática, quem é contra o jogo legal favorece o jogo ilegal

No mundo, estima-se entre 0,2% e 3% o número de adultos que sofrem de algum distúrbio relacionado ao jogo. No Brasil, o movimento significativo de jogo sem regulação adequada eleva os riscos pela ausência de políticas para jogo responsável e programas de prevenção e tratamento de ludopatias.

Além de regulamentar jogos de cassino, apostas esportivas, bingo e jogo do bicho, é preciso corrigir anomalias da legislação confusa das loterias, que chega ao ponto de subverter a matemática, destinando percentuais que chegam a 115% na Loteria Federal e 104,5% na Mega-Sena, Quina, Lotofácil, Lotomania, Dupla Sena, Loteca e Lotogol.

Outro absurdo que se precisa corrigir é a situação das loterias estaduais. Seja qual for a razão, por que alguns estados podem ter loterias e outros não?

Loteria é imposto voluntário e sua arrecadação pode financiar políticas de segurança pública, saúde, educação, esporte etc. A loteria estadual de Nova York arrecada R\$ 30 bilhões por ano. Rio de Janeiro e São Paulo poderiam passar de R\$ 1 bilhão.

O Brasil não pode mais esperar. Tanto na Câmara quanto no Senado há projetos de lei prontos para votação em plenário. A aprovação de

qualquer um deles permitirá que a casa revisora aprofunde a discussão e melhore o texto. A demora em regular só interessa ao jogo ilegal.

Felipe Santa Cruz é presidente da OAB/RJ e Pedro Trengrouse é professor da FGV